



## **Assembleia de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira**

### **Acta nº 12**

Aos treze dias do mês de Dezembro de dois mil e dezanove, reuniram os eleitos da união de freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira no salão da Junta de Freguesia da Baixa da Banheira, para a realização de uma sessão de assembleia ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos.

- 1\_ Apreciação e votação das actas nº 10 e 11
- 2\_ Apreciação e votação das grandes opções do plano e orçamento para 2020
- 3\_ Discussão e votação do regulamento de taxas e tarifas para 2020
- 4\_ Mapa de pessoal
- 5\_ Inventário
- 6\_ Actos da junta

Depois de cumprimentar todos os presentes e verificar a composição da assembleia, o Sr presidente deu conta das substituições. Assim, os autarcas Nicolau Furtado, Vítor Pessoa e Carlos Simões substituem respectivamente os autarcas Daniel Justo, Cátia Nunes e João Profano pelo ( PS ) e os autarcas Diamantino Cabrita e Sandra Gonçalves, substituem respectivamente as autarcas Judite Freitas e Helena Conceição pela ( CDU ). Os autarcas António Dores (BE ) e Rachid Djaló (PSD) estiveram ausentes.

A sessão começou com uma declaração pública do autarca Luís Ricardo (PS), que agradeceu todo o carinho que lhe foi prestado por todos os que através de

telefonemas e pessoalmente, num momento difícil da sua vida, realçando a presença do Sr presidente da junta, que o acompanhou no funeral da sua esposa, dizendo que os valores humanos se sobrepõem à política.

Depois de dar conta do expediente, o Sr presidente perguntou se os membros da assembleia tinham documentos a apresentar.

O autarca Luciano Carreira (CDU), apresentou a moção “Degradação dos serviços públicos”

O autarca Luís Cerqueira intervém, reconhecendo que os serviços públicos não estão ao melhor nível e que se há culpado, o culpado é o governo chamado “geringonça”, ironizou. Diz que houve realmente um impacto brutal na nossa freguesia, mas lembra que havia compromissos e que o PS os cumpriu, com o aumento do salário mínimo, mais transportes públicos, mais saúde, mais médicos, mais enfermeiros, mais serviços públicos, progresso no combate à pobreza e diz não estar de acordo com a moção da CDU porque há inverdade.

O autarca Diamantino Cabrita (CDU,) diz não apreciar o termo “geringonça” e que se houve inversão em algumas situações, foi devido ao compromisso parlamentar e não por vontade do PS, porque tudo foi alcançado devido à influência do PCP e do BE. Continuou dizendo que a realidade actual, é mais uma vez a ouvir promessas do PS, que não passam disso mesmo. Agora com o PS sozinho a decidir, vamos ver como vai ser e nós estamos cá para ver, porque já se começa a sentir, que as coisas vão ser diferentes. Portanto esta moção espelha bem a situação e a nossa preocupação.

O autarca Paulo Alfama (BE), diz que está de acordo com a moção e que há várias situações que nos provam que os avanços positivos alcançados, só foram possíveis devido à acção do BE e do PCP, no acordo parlamentar com o PS. Recorda a situação dos pavilhões gimnodesportivos e do centro de saúde da Baixa da Banheira. Portanto esta moção tem qualidade e eu estou de acordo com ela.

O autarca Ricardo Fernandes (CDU), intervém criticando a maneira como tem decorrido o processo para a reposição das freguesias extintas e a descentralização de competências para as freguesias, que mais não é do que uma imposição de algo, que as autarquias não querem, pelo menos da maneira como é

imposta. Falou também do incumprimento dos sucessivos governos no que diz respeito à educação, como é o caso da construção dos pavilhões gimnodesportivos, para a construção dos quais, chegou a haver uma verba alocada e terreno disponibilizado pela autarquia. Continuou com aquilo que considera uma aberração, o encerramento dos correios na Baixa da Serra, obrigando as pessoas algumas com mobilidade reduzida, a fazer a travessia para a estrada nacional.

O autarca Luís Ricardo (PS), lembra que o autarca Diamantino Cabrita, fez na sua intervenção referência ao PCP e ao BE esquecendo-se do PEV, marginalizando o seu companheiro de coligação. Diz que vai haver um reforço para a saúde qualquer coisa como 800 milhões de euros, mais médicos e mais enfermeiros. Acha que o estado fez um investimento extraordinário na educação de classe média e que por isso cada licenciado em medicina, deveria ser obrigado a trabalhar pelo menos cinco anos no serviço nacional de saúde e acabar com a hipocrisia de trabalhar no público e no privado, para além de que quando há concursos não há resposta mesmo com incentivos, como se a Baixa da Banheira não estivesse inserida na área metropolitana de Lisboa. Concluiu dizendo que a medicina é um acto de serviço ao outro e não deve ter um carácter economicista. Acha portanto que os licenciados em medicina, deveriam compensar o estado, pelo esforço feito na sua formação.

O autarca Luís Cerqueira (PS), diz que o centro de saúde da Baixa da Banheira não é uma medida da CDU, porque a sua construção só foi possível graças ao governo PS.

Posta à votação a moção da CDU “Degradação dos serviços públicos” foi aprovada por maioria com 10 votos a favor CDU, 1 voto a favor BE e 6 abstenções PS.

O autarca Paulo Alfama (BE), apresentou um voto de pesar pelo falecimento de José Mário Branco

O presidente do executivo Nuno Cavaco interveio para dizer que José Mário Branco foi militante do PCP e preso devido à sua actividade política.

O voto de pesar pelo falecimento de José Mário Branco apresentado pelo BE foi aprovado por unanimidade.

O autarca Luís Cerqueira perguntou: para quando as actas on line?

O presidente do executivo Nuno Cavaco respondeu: já lá estão há meses.

### **Ordem do dia**

#### **Apreciação e votação das actas nº 10 e 11**

O autarca Luís Cerqueira (PS), solicita a correcção do nome do munícipe interveniente no início da assembleia, página 2 , 3º parágrafo 2ª linha trata-se de Hugo e não Sandro Cardoso. Quanto à alteração do 2º parágrafo da página 3, o que está em acta foi o que disse realmente o autarca Daniel Justo, como o próprio poderá confirmar, até porque a proposta de alteração não faria sentido.

Posta à votação a acta nº 10 foi aprovada por maioria com 9 votos a favor CDU e 3 abstenções PS.

#### **Acta nº 11**

O autarca Luís Cerqueira (PS), considera que o assunto dos pavilhões gimnodesportivos já foi várias vezes debatido e que onde se lê várias iniciativas da CDU, deveria estar várias iniciativas desta assembleia, por considerar que todas as forças políticas representadas na assembleia lutaram por isso e que por conseguinte reforçaria a iniciativa. Continuou dizendo que acha que o Sr presidente do executivo faz demasiadas intervenções.

O autarca Diamantino Cabrita (CDU), intervém para dizer que acha normal que o Sr presidente do executivo intervenha nos debates e que sejam transcritas as suas intervenções.

O autarca Armando Castro (CDU), chama à atenção do autarca Luís Cerqueira e relembra que já teve que ouvir uma declaração de voto sua de dezoito minutos.

Posta à votação a acta nº11 foi aprovada por maioria com 10 votos a favor CDU, 1 voto a favor BE e 4 abstenções PS.

O autarca Luís Cerqueira (PS), fez uma declaração de voto dizendo que as intervenções do PS são muito resumidas

2- Apreciação e votação das grandes opções do plano e orçamento para 2020.

O presidente do executivo Nuno Cavaco apresentou o documento, dizendo que não se trata de uma proposta da CDU, mas sim do resultado de várias reuniões quatro das quais públicas, com muita gente envolvida nele, com propostas e ideias para além das que foram contempladas porque já fazem parte do programa da CDU e que foram aprovadas ao abrigo do programa do PCP que todos conhecem que é "A minha opinião conta" e que estão devidamente fundamentadas e orçamentadas para 2020. Falou da proposta do PS sobre a transmissão das sessões da assembleia de freguesia on line argumentando sobre algumas questões de ordem técnica, que serão decididas em assembleia. Falou também da reciclagem dizendo que os números melhoraram mas que é preciso continuar porque ainda há muito para fazer. Fez também alusão a várias pequenas coisas que fazem parte da vida e da gestão da nossa freguesia mas que afectam sempre de uma ou de outra maneira o orçamento. Solicitou depois a intervenção da funcionária Paula Batalha, para uma explicação detalhada do orçamento da freguesia para 2020.

O autarca Luís Cerqueira (PS), diz que lhe agrada que uma rubrica tenha vinte euros como dotação mas interroga-se sobre os cem euros nas transmissões on line. Disse que alguns eleitos do PS não receberam os documentos.

O autarca Paulo Alfama (BE), diz que é um orçamento legítimo e legal, que vai ao encontro do programa da CDU e que só não vota a favor porque é um orçamento da CDU e não do BE.

O autarca Diamantino Cabrita (CDU), diz que é um orçamento com base no programa da CDU, que não contempla tudo o que a CDU desejaria, porque a lei das finanças locais nunca foi aplicada, mas é um orçamento participado e participativo, que tem como objectivo, servir a população e resolver os problemas das nossas freguesias.

A autarca Helena Mira (CDU), intervém para realçar a poupança conseguida devido à coordenação das competências e da disponibilidade dos trabalhadores da autarquia.

O autarca Luís Cerqueira (PS,) diz que se trata de um orçamento da CDU, portanto de estagnação e que por isso, o voto do PS será com certeza contra. Continuou dizendo que temos problemas graves no que diz respeito à fixação da juventude na freguesia que tem que se abrir para o exterior. Diz ainda que temos um parque no qual a câmara não faz o devido trabalho para atrair gente do exterior criando actividades.

O presidente do executivo Nuno Cavaco esclareceu a questão dos ofícios, afirmando que os mesmos são sempre enviados com aviso de recepção para a morada que o PS nos indicou.

Posto à votação “As grandes opções do plano e orçamento para 2020” foi aprovado por maioria com 10 votos a favor CDU 1 abstenção BE e 6 votos contra PS.

O PS apresentou uma declaração de voto que aqui fica transcrita na íntegra

### GOP e Orçamento 2020

No orçamento para 2020 proposto pelo executivo da junta de freguesia da união de freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, continua o executivo a manter verbas irrealistas face às necessidades de manutenção na qualidade de vida dos fregueses, uma opção com qual discordamos, visto que as necessidades actuais de muitos dos residentes da freguesia poderiam, e deviam, obrigar a outra opção.

Evidencia-se deste modo a incapacidade crónica da junta liderada pelo PCP em definir propostas concretas para a governação desta freguesia. Não é possível que este documento, estruturante da actuação do executivo, sirva mais uma vez apenas para despejar um chorrilho de críticas aos governos, numa clara atitude propagandística, como se o executivo se alhear das responsabilidades que detém enquanto órgão que deveria definir as opções estratégicas de desenvolvimento da

nossa freguesia. De uma vez por todas é tempo deste documento tão importante deixar de ser um folhetim panfletário ao serviço de uma força política. É preciso que ele seja aquilo que é o seu objectivo a definição clara da estratégia de um executivo. Algo que manifestamente sabemos que os partidos políticos que compõem o executivo não têm.

Face ao indicado, o Partido socialista não pode viabilizar este orçamento, revelando o mesmo ser uma continuidade dos anteriores.

Consideramos igualmente que o orçamento assenta em premissas que nos parecem estagnar a freguesia, aliás como o tempo o tem revelado.

Faltam igualmente novas ideias que gerem interesse e visibilidade para a freguesia.

Falta que a Junta de freguesia exija mais competências, e consequentes verbas, à autarquia.

Regista-se uma obediência política que, na nossa opinião, não tem favorecido os interesses da Baixa da Banheira.

Em face do exposto, o Partido Socialista declara o seu voto contra o orçamento proposto.

Os eleitos do Partido Socialista.

Baixa da Banheira, 13 de Dezembro de 2020

A CDU apresentou uma declaração de voto que aqui fica transcrita na íntegra.

#### Declaração de voto sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano 2020

A aprovação das GOP e do Orçamento para o ano de 2020, ocorre sem que ainda esteja aprovado o Orçamento de Estado (OE) para o próximo ano e logo sem que se conheçam quais as verbas e os critérios deste, em matéria de transferências para as autarquias locais e sem se saber quais os investimentos da administração central no nosso concelho.

Ao deliberarmos sobre o Orçamento não se pode deixar de ter em conta os reflexos locais das políticas inerentes ao OE, documento que é determinante nas políticas financeira, económica e social para todo o país.

Em matéria de investimentos da administração central no concelho queremos que sejam cumpridas pelo governo as muitas promessas que o PS debitou em períodos eleitorais.

Que sejam cumpridas, nomeadamente as promessas do PS em “investir na qualidade dos serviços públicos”, construindo e modernizando instalações em serviços da responsabilidade do poder central, dotando-os com mais meios humanos, qualificados e com os equipamentos necessários.

Queremos que se concretize a construção dos pavilhões desportivos em falta nas escolas Secundária da Baixa da banheira, EB 2+3 do Vale da Amoreira e Mouzinho da Silveira, a esquadra da PSP na Baixa da Banheira, que haja médico de família e cuidados de saúde dignos para todos os cidadãos, serviços de forças de segurança qualificados, em proximidade ao cidadão, transportes públicos em qualidade e em boas condições, para só referir algumas dessas promessas que o PS tem há muito para cumprir neste concelho.

Continuam a sentir-se os malefícios e os atrasos provocados pelo quadro político e económico, subordinado a políticas de direita, que conduziram o país à sujeição aos interesses do capital e ao empobrecimento, assentes no memorando de entendimento com a tróica, subscrito em 2011 por PS, PSD e CDS/PP.

Exemplo dessa subserviência é o erro estratégico do projecto para a construção do “apeadeiro aeroportuário” que o governo do PS quer aprovar, permitindo que a multinacional VINCI construa no Montijo em pleno estuário do Tejo, em área inundável, em prejuízo da avifauna, do ambiente e principalmente do bem-estar das pessoas deste concelho.

As políticas da tróica têm servido também para atacar a autonomia do poder Local Democrático, política, administrativa e financeira, estando ainda por repor direitos sociais e poder de compra dos trabalhadores e funções sociais do Estado, ao mesmo tempo que foram e continuam a ser dados altos benefícios aos grandes grupos económicos e financeiros.

Portugal tem um dos mais baixos salários mínimos da Europa pelo que é de lamentar que o governo teime na tacanhez dos baixos salários, comprovada pelo anúncio da actualização do salário mínimo nacional no limiar da sobrevivência. O país não se desenvolve com salários tão baixos e com uma parte significativa da população activa do concelho da Moita, principalmente os jovens, a receber o salário mínimo, se esta medida fosse mais ousada traria um impacto muito positivo na economia local.

Os orçamentos de estado não têm resolvido o incumprimento da Lei de Finanças Locais, continuando a prejudicar as autarquias na sua capacidade de acção. Esta situação retira anualmente cerca de um milhão de euros ao Município da Moita, para além dos 51 mil euros em 2020, acrescentados aos mais 750 mil já pagos nos últimos anos ao FAM e de muitos outros impostos encapuçados que revertem para a administração central, como seja o caso da TRH e da TGR. Contabiliza-se por mais de 500.000 euros retirados à freguesia desde a criação de uma lei de finanças locais.

Em resultado de um modelo de negócio e de regulação baseado na entrega a privados de monopólios naturais, como a recolha de resíduos, a tarifa a cobrar ao município pela AMARSUL EM 2020, definida pela Entidade Reguladora ERSAR e com a concordância do governo, sofrerá um aumento de cerca de 45%. A par desta, a TGR-taxa de gestão de resíduos, que é uma receita da administração central sofrerá um aumento de cerca de 20%.

O aumento dessas tarifas é muito penalizador, o encargo com a deposição de resíduos na Amarsul terá um aumento de mais de 300 mil euros, que a ERSAR determina que o município tenha que vir a fazer reflectir nas tarifas a aplicar aos consumidores finais, ou seja ao consumo doméstico das famílias, que são a maior parte dos consumidores do concelho. É uma medida injusta resultante da privatização para o Grupo Mota Engil, de empresas que foram criadas com o investimento público, nomeadamente dos municípios, como é o caso da Amarsul, em benefício de um grupo económico, que tem um ex-ministro e destacado militante do PS como vice-presidente do conselho de administração.

A Lei da transferência de competências para as autarquias e a de alteração à Lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovadas no final da sessão legislativa passada na assembleia da república, confirmam a consagração do subfinanciamento do poder local e a transferência de encargos em áreas e domínios vários, colocando novos e sérios problemas à gestão das autarquias e, sobretudo, à resposta aos problemas das populações, sem que existam as devidas compensações financeiras. Apesar de no Município da Moita todas as autarquias terem podido para já rejeitar tais medidas, estas transferências a efectivarem-se, serão uma ameaça, que numa perspectiva de médio prazo terão consequências nefastas nas finanças municipais, na orgânica interna do município e no serviço prestado à população.

Por vontade do PS, continua ainda sem ser corrigido o golpe no exercício da democracia representativa e participativa, que significou a extinção, pelo governo do PSD/CDS, de 1.168 freguesias, em que mais de 14 mil cidadãos deixaram de ser eleitos, de ter mandato democrático para falar pelas suas comunidades, pelas suas terras.

A proposta para a criação de um plano nacional para a cultura, com o objectivo de alcançar 1% para o sector, foi chumbada pelo voto contra do PS e a abstenção do PSD. Significa isso, que o apoio à cultura e às artes no concelho da Moita, contará quase só com o apoio das autarquias.

Apesar deste contexto difícil, as GOP e o Orçamento, permitem avançar na concretização dos compromissos com a população e os trabalhadores, na valorização do concelho e na prestação do serviço público de qualidade em áreas como a educação, a promoção da cultura e do desporto para todos, no apoio à actividade juvenil e ao associativismo, na melhoria das infra-estruturas e do meio ambiente, no desenvolvimento económico, a segurança e a protecção civil bem como avançar mais de uma dezena de projectos sugeridos por associações e municípios em resultado do nosso programa para a cidadania. É por isso que os eleitos da CDU os votaram favoravelmente.

Baixa da Banheira 13 de Dezembro de 2020

### 3- Discussão e votação do “Regulamento de taxas e tarifas para 2020”

O presidente do executivo Nuno Cavaco intervém para dizer que houve um pequeno aumento das taxas na Baixa da Banheira mas que se mantiveram inalteradas no Vale da Amoreira.

O autarca Luís Cerqueira (PS), considera que há erros de arquitectura no mercado do Vale da Amoreira e acha que aquele espaço deve ser repensado e reestruturado começando já por fazer uma cobertura.

Posto à votação o “Regulamento de taxas e tarifas para 2020” foi aprovado por maioria com 10 votos a favor CDU, 1 voto a favor BE e 6 abstenções PS.

### 4-Mapa de Pessoal

A funcionária Almerinda Beliz explicou o documento que posto à votação foi aprovado por maioria com 10 votos a favor CDU, 1 voto a favor BE e 6 abstenções PS.

### 5- Inventário

Posto à votação foi aprovado por maioria com 10 votos a favor CDU, 1 voto a favor BE e 6 abstenções PS.

### 6-Actos da junta.

O Sr presidente do executivo Nuno Cavaco, depois de algumas considerações sobre a acção do executivo nos actos praticados nas nossas freguesias, disse que o que fazemos é sempre por opção e em função da disponibilidade financeira, dando como exemplo as obras de requalificação da rua 1º de Maio. Continuou informando a assembleia que num programa sobre a economia de energia, o executivo da união de freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira foi contemplado com uma verba simbólica de 500 euros, salientando o mérito do estagiário envolvido neste processo.

O autarca Luís Ricardo (PS) pediu que seja avaliada a eficiência da iluminação de uma passadeira junto à escola secundária no Vale da Amoreira.

O autarca Diamantino cabrita (CDU) intervém para realçar a importância das comissões de moradores na resolução de problemas do dia a dia das populações. Diz que a Baixa da Banheira está dividida em duas zonas, tem duas comissões de moradores, mas só a da zona norte funciona como tal dando alguns exemplos.

O autarca Rogério Santos (CDU) diz ao autarca Luís Ricardo que como algo está mal na iluminação do local em questão, a junta fará o necessário junto da C.M. Moita para que esta interceda junto da EDP para a resolução do problema. Sobre o problema da Rua dos Lusíadas, trata-se de um problema de trânsito, que será avaliado para ser resolvido da melhor maneira possível. Quanto às associações, diz ser conhecido de todos, quão as autarquias apreciam e reconhecem o papel preponderante delas na nossa sociedade.

O autarca Luís Ricardo (PS) apelou para que seja avaliado o problema de trânsito na Baixa da Banheira para quem se desloca da rua São José operário para a rua 1º de maio e que é obrigado voltar à esquerda, obrigando quem queira ir para o Vale da Amoreira a dar uma volta desnecessária.

O autarca Rogério Santos (CDU) diz que como cidadão acompanha a preocupação do autarca Luís Ricardo, mas que também aqui se trata de um problema de ordem técnica, que terá de ser avaliado por quem de direito.

A 1ª secretária Vanda Santos leu a minuta da acta que foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar o Sr presidente da assembleia deu por encerrada a sessão.